

O Parque Natural Municipal da Taquara: Análise Histórico-Ambiental de Uma Unidade de Conservação da Baixada Fluminense

Priscilla Abrantes da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
priscilla_abrantesdasilva@yahoo.com.br

Simone Fadel

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
simonefadel@uerj.br

Resumo

A definição de Unidades de Conservação remete-se a territórios com limites definidos no qual a função primordial é a proteção da biodiversidade, juntamente com a preservação de recursos, naturais e ou culturais, que a elas estão associados. O intuito deste trabalho é expor a história ambiental de uma unidade de conservação presente na região da baixada Fluminense: O Parque Natural Municipal da Taquara (PNMT), que é um remanescente de mata atlântica composto por uma área de 20,8 hectares, localizado no terceiro distrito do município de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro.

Palavras-Chave: História Ambiental. Unidade de Conservação. Identidade Local.

Introdução

De acordo com *Fadel, Simone et al. (2011)*.

“A criação e manutenção de áreas protegidas tem-se tornado uma grande saída para a preservação e permanência da biodiversidade em nosso país. Sendo tal fato previsto na legislação brasileira através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 –, que estabelece os critérios necessários para a implantação e gestão de áreas de conservação. O SNUC prevê duas categorias de unidades: as de Uso Sustentável e as de Proteção Integral e estabelece conjuntamente a formação de Áreas de Preservação Permanentes (APPs) e áreas de Reserva Legal.”

O Parque Natural Municipal da Taquara (PNMT) enquadra-se na categoria de unidade de proteção integral, que tem como finalidade resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos.

Esse trabalho tem como recorte espacial a região da Baixada Fluminense, que vivenciou inúmeros processos de degradação ambiental e social que com o passar dos anos foram sendo intensificados pelo processo de ocupação acelerada e desorganizada. Tendo em vista tais aspectos, consideramos que se faz necessário um olhar mais atento para tais áreas, tendo como foco principal o Parque Natural Municipal da Taquara que nos revela características interessantes nos ajudando a entender de que maneira um resquício de mata atlântica conseguiu sobrepujar os efeitos da destruição humana e sobreviver até os dias atuais.

E a base científica que nos fornecerá todo o arcabouço necessário para alcançarmos o objetivo em questão advém da História Ambiental, que tem a natureza com um de seus principais objetos de estudo, nos ajudando com isso a compreender a atual configuração espacial desta unidade de conservação. De acordo com o teórico Drummond, 1991, a História Ambiental propõe um estudo que visa combinar a história natural com a história social, tendo, assim, a natureza como seu objeto de estudo, já que é parte da história do homem. Logo, o nosso ponto de partida irá se basear na junção da história natural e história social do Parque Natural Municipal da Taquara, buscando compreender a maneira pela qual as diferentes sociedades que ali se fizeram presentes, se relacionavam com a natureza da referida região.

E o papel da diversidade sócio-cultural e da identidade local presentes do PNMT são elementos cruciais para um bom desenvolvimento desta pesquisa, pois através do entendimento destes aspectos e da permanência de resquícios de áreas verdes, que se pode encontrar uma relação mais harmoniosa entre o homem e a natureza.

Por conseguinte a análise histórico-ambiental do Parque Natural Municipal da Taquara é de extrema importância para a evolução deste trabalho, pois nos fornecer uma junção de saberes presentes na região, e esta interdisciplinaridade, será o ponto de partida para o entendimento desta unidade de conservação que ao longo do tempo sofreu o impacto das transformações antrópicas ocasionadas no município de Duque de Caxias.

O presente trabalho foi desenvolvido com base em dados primários (levantamento de campo) complementados com levantamentos bibliográficos, tendo sido efetuadas consultas a vários Órgãos Públicos, Municipais, Estaduais e Federais e ao plano de manejo provisório do Parque Natural Municipal da Taquara.

Para um melhor desempenho metodológico consideram-se certas etapas históricas fundamentais para a elaboração desta pesquisa, sendo estas: O Processo de ocupação da Baixada Fluminense e na região da Taquara, que estará intimamente ligado à política de Núcleos Coloniais fortalecidas na era Vargas; juntamente com a criação e institucionalização do Parque Natural Municipal da Taquara, que estará cercada por inúmeras relações de poder entre o governo municipal e os colonos residentes no entorno do parque.

O Processo de ocupação na região da Taquara

Para uma boa compreensão dos efeitos da ocupação na região da Taquara, faz-se necessário recapitular pontos importantes da formação da chamada Baixada Fluminense, dentre os quais vale ressaltar o processo de colonização do território fluminense que está intimamente interligado ao desmatamento, sendo este ocasionado por diversos ciclos econômicos em diferentes épocas, como o extrativismo, que teve início com a exploração do pau-brasil; e a expansão das culturas de cana-de-açúcar e do café que combinados a uma agricultura de subsistência e mais recentemente a especulação imobiliária levaram a uma redução drástica da vegetação original do Estado do Rio de Janeiro em aproximadamente cinco séculos de ocupação.

O povoamento em regiões da baixada teve início no século XVI através de doações de sesmarias como abono pela participação dos proprietários em lutas contra os franceses no Rio de

Janeiro, sendo cedidas grandes glebas de terras situadas entre os rios Meriti e Estrela. A Baixada Fluminense, em meados do século XIX era permeada por fazendas de açúcar e, posteriormente de café, destacando-se, também, o plantio de gêneros para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. Como os caminhos de terra firme eram poucos, precários e perigosos este momento é marcado inicialmente pela valorização do transporte fluvial devido à integração dos rios com a Baía de Guanabara.

No final do século XIX a insalubridade toma conta da baixada, devido à escassez de saneamento, e a devastação das matas que levou à obstrução de rios dando origem ao alagamento e a formação de pântanos, criando-se com isso a água parada que levou ao surgimento de vetores de doenças, tal como os mosquitos, responsáveis pela transmissão de terríveis febres. A situação torna-se calamitosa, devido à expansão de epidemias e a decadência da economia agrária ocasionada pelo fim da escravidão, com isso grande parte dos donos de engenho abandonam suas propriedades migrando para outras regiões.

No início do século XX o então prefeito do Rio de Janeiro (Pereira Passos), lança o Programa “Bota Baixo” que elevou o número de habitantes da baixada fluminense de 800, em 1910, para 2920 em uma década, com isso a Baixada passa a receber um grande contingente populacional excedente da cidade do Rio de Janeiro. Este rápido crescimento populacional provocou um loteamento das antigas propriedades rurais que até o momento estavam improdutivas

Todas estas mudanças incentivaram o Deputado Federal Dr. Manoel Reis a criar Distrito de Caxias, na década de 30 passando este a ser o oitavo distrito de Iguçu. O rápido crescimento do referido distrito, levou a criação do município de Duque de Caxias em 31/12/1943, através do decreto n°. 1055.

Atualmente Duque de Caxias possui uma população de aproximadamente de 855.048 habitantes, apresentando o segundo maior PIB do Estado do Rio de Janeiro, devido a Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) que desponta como a refinaria mais completa e complexa do sistema Petrobras.

E foi dentro deste contexto que se configurou a ocupação do 3º distrito do município de Duque de Caxias, aonde se localiza o PNMT.

A área referente à Taquara que hoje comporta uma área de proteção integral, entre os séculos XIX e XX era dividida em quatro fazendas, sendo estas: Fazenda São Paulo, Fazenda Taquara, Fazenda Cachoeira das dores, e Fazenda Santiago.

Em tais fazendas produzia-se a farinha de mandioca, que era uma moeda de troca com o mercado Africano (Angola), a banana, o quiabo, a batata, a cana-de açúcar, o arroz, o jiló entre

outros produtos agrícolas, voltados para o consumo interno dos vilarejos que formavam a baixada fluminense.

A Fazenda São Paulo desponta de grande importância histórica, pois está pertencida à família de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. Tendo sua localização em uma importante via de ligação entre os vilarejos da região: o caminho da Taquara. Hoje em dia a área comporta o museu da Taquara, que é administrado pela secretaria municipal da cultura de Duque de Caxias desde 1994. Já a Fazenda Taquara situava-se à margem da estrada Taquara, funcionando como um ponto de escoamento, pois fazia a ligação de duas importantes vilas portuárias: Pilar e Estrela. No ano de 1743, foi construída em tal fazenda a capela Nossa Senhora do Rosário, por Gonçalo Arieiras, que se mantém erguida até os dias atuais ¹.

A região em que hoje se faz presente o Parque Natural Municipal da Taquara, cabia-se anteriormente a Fazenda Cachoeira das Dores, que de início pertencia ao Tenente Henrique Izidoro Xavier de Brito, mas em 1883 fora adquirida pelo Império com o intuito de preservar os mananciais que abasteciam a Corte.

A fazenda Santiago, portava um grande fluxo de água do advindo rio Taquara, o que propiciou no seu leilão já no século XX para a então Fábrica de Tecidos Nova América, que criou um reservatório para captação de água do rio Taquara

A Política de Núcleos Coloniais na Região da Taquara

De acordo com *Fadel, Simone et al. (2011:)*

“A criação dos núcleos coloniais da Baixada Fluminense datam do período de Getúlio Vargas e visavam, sobretudo, a adequação da região ao modelo desenvolvimentista pregado por Vargas. Neste contexto, a Baixada Fluminense já sofrera várias intervenções de Comissões de Saneamento a fim de tornar a mesma uma região salubre com melhores condições para o povoamento, onde antes a região se constituía como um foco de malária e com rios e lagos em estado pantanoso.”

A partir deste contexto tem-se a criação dos núcleos colônias na Baixada Fluminense que tinham como intuito principal colonizar as terras pertencentes ao governo, e alcançar uma diversificação da agricultura, criando-se com isso o que *Abreu, (1987)* denominou de Cinturão Agrícola, que tinha como objetivo abastecer a capital federal.

_____ ¹ De acordo com Torres, Gênesis: A presença das capelas e igrejas numa determinada região, demonstrava a importância que aquele território representava perante o poder secular e o poder eclesiástico. Essa célula inicialmente embrionária daria o surgimento de uma aldeia, uma freguesia, uma vila e mais tarde uma cidade.

Os núcleos de São Bento; e de Tinguá foram os primeiros a serem instaurados, sendo o de São Bento instituído em 1932 pelo decreto de criação 22.226 e possuindo 102 km ², e o de Tinguá no ano de 1938 pelo decreto de numero 22.496 possuindo uma área de 2.561,13 hectares; por último tem-se a criação do núcleo colonial de Duque de Caxias em 12 de maio de 1941, sob o decreto-lei de número 3.266, que visava a colonização de granjas modelos em territórios da União, tal núcleo irá proporcionar maiores informações para o desenvolvimento desta pesquisa.

A partir dos relatórios do ministério da agricultura verifica-se que a produção dos núcleos coloniais era voltada para hortaliças, frutas e raízes.

De acordo com o Decreto-Lei nº 3.622, art.180, alguns Núcleos deveriam receber um tipo de colonização diferenciada em relação aos demais, devido ao aporte de vegetações e de aquíferos que neles existiam. Percebe-se uma preocupação do Governo Federal em resguardar os atributos florestais sendo destinada á preservação 50% de matas existentes, e a área que correspondia ao Núcleo de Duque de Caxias, encontrava-se um remanescente de Mata Atlântica levando-o a receber um tipo de colonização diferenciada juntamente com o Núcleo de Tinguá, constatando-se tal fato através do Decreto-Lei 3.266:

“Art. 1º.”. As terras de propriedade da União, quando dotadas de requisitos que exijam especial colonização pela presença de matas e mananciais, serão divididos em lotes de 10 a 30 hectares para a instalação de “Granjas Modelos”.

Parágrafo único - As instalações, culturas e criações serão orientadas no sentido de embelezamento local e no de salvar as matas e mananciais, obrigando-se o adquirente a conservar 50% das matas existentes.

Para o núcleo colonial de Duque de Caxias foram planejados 53 lotes iniciais, sendo que a demarcação do terreno só ocorreu em 1943, no qual tal núcleo comportaria a política de Granjas Modelos.

De acordo com os relatórios ministeriais do ano de 1951, compreende-se que os núcleos coloniais não tiveram nenhum sucesso em seu propósito de colonizar e agregar o homem a terra, devido às precárias condições de trabalho, dificuldades financeiras, empobrecimento do solo e falta de assistência técnica necessitando de orientação e estímulo tanto do homem quanto das atividades rurais:

“Até mesmo na Baixada Fluminense, sob os olhos da alta administração do País, a

situação dos Núcleos é a mais desfavorável que se possa imaginar. Basta que se diga que, a essa altura, mais de 70% dos colonos não produzem o mínimo necessário a subsistência das suas famílias. E esse fato vem determinando a formação de verdadeiros desajustes à vida rural, cujos reflexos sentimos através dos constantes pedidos de transferência de lotes com o sentido exclusivamente comercial” (Relatório do Ministério da Agricultura de 1951, pág. 99).

Em 3 de maio de 1961 pelo decreto 50.527, o Núcleo Colonial de Duque de Caxias é emancipado. E Após a sua emancipação, a área passa a ser incorporada a expansão urbana de Duque de Caxias, sendo dividida e vendida em lotes urbanos. No ano de 1970, com a fundação do INCRA as terras passam para a jurisdição de tal órgão público, entretanto a região ficou a mercê da especulação imobiliária, pois não houve nenhuma medida pública para conter a ocupação humana, em áreas que eram resguardadas pelo seu potencial.

A Criação do Parque Natural Municipal da Taquara

O Parque Natural Municipal da Taquara (PNMT) foi institucionalizado, em 11 de Dezembro de 1992, através da lei municipal 1.157, que teve como base o artigo 5º do antigo código florestal, que presumia a formação de parques municipais pelo poder público. Onde tem como objetivo de acordo com a Lei n 9.985, de 18 de Julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), preservar ecossistemas de grande importância ecológica e beleza cênica, no qual há possibilidade de pesquisas científicas e desenvolvimento de educação e interpretação ambiental.

A sua criação fundamenta-se a partir de uma cessão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a Prefeitura de Duque de Caxias no ano de 1992. Porém a regulamentação fundiária do Parque só começou a ser tratada pela instância municipal no ano de 2005, uma vez que já havia terminado o prazo de cessão com o INCRA. Com isso, existiam-se as opções de renovar tal cessão, ou efetuar por completo a sua doação e, em 23 de Junho de 2006, ocorre à doação definitiva da região por parte do INCRA para o município de Duque de Caxias.

Corroborar-se que a institucionalização do parque marca uma valorização da flora e fauna locais e a necessária remoção das famílias que moram no interior da área demarcada. Tal remoção encontra-se prevista na legislação que regulamenta a Lei do Sistema Nacional de Unidades de

Conservação - SNUC estando de pleno acordo com o plano de manejo da referida unidade, que pressupõe a retirada e indenização de famílias que habitam Áreas de proteção integral.

Considerações Finais

Por conseguinte com o aporte da História Ambiental, foi possível relatar as diferentes visões na relação entre homem e natureza que se sucederam na região da Taquara, desde a criação dos núcleos coloniais, até o prezado momento. Inferindo-se que o estudo sobre o Parque Natural Municipal da Taquara mostrou-se como um foco privilegiado para o entendimento dos múltiplos conflitos e questões que se apresentam entre os diferentes atores sociais que estão presentes e interagindo, ao longo da história de uma “área preservada”.

Portanto, conclui-se que a necessidade de unidades de conservação vai além do esperado, pois estes meios não adquirem somente uma função de preservação do meio biótico, funcionando também como aparato de estudos e pesquisas acadêmicas, sendo de extrema importância para a manutenção de nossa sociedade devido aos valores que carregam a partir de sua formação.

Referências Bibliográficas

ABREU, Mauricio de. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 2º edição, Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1988.

DRUMMOND, José Augusto. **A HISTÓRIA AMBIENTAL**: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.

FADEL, Simone. **A História Ambiental como Contribuição ao Planejamento e Gerenciamento em Áreas Preservadas**. In: Seminário brasileiro sobre áreas protegidas e inclusão social, 2011. Manaus (AM).

GERALDO, Endrica. **A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização e o Trabalho Imigrante nos Anos 30**. In: II Jornada Nacional de História do Trabalho, 2004, Florianópolis. Anais do X Encontro Estadual de História ANPUH SC. P. 304-306.

IOTTI, Luiza Horn (org). **Imigração e colonização: legislação de 1747-1915**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS: Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

MENDES, Renato da Silveira. **Paisagens Culturais da Baixada Fluminense**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1948.

PERES, Guilherme. Os Caminhos da Baixada. In: TORRES, Gênesis (org). **Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política**. São João de Meriti,RJ: IPAHB Editora, 2004

SNUC, **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. – Lei 9.985 de 18 de julho de 2000.

